

Vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a imprensa no Estado da Paraíba (1979-1984)

*The Surveillance of the National Infor-
mation Service (SNI) over the press in the
State of Paraíba (1979-1984)*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v12i23.56319>

Paulo Giovani Antonino Nunes
Universidade Federal da Paraíba
<https://orcid.org/0009-0000-4194-8066>
pauloantoninonunes@hotmail.com

Resumo

Após a instalação da ditadura militar no Brasil, uma das primeiras medidas de institucionalização do novo governo foi a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI). O referido órgão foi criado formalmente pelo Decreto-Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, como órgão de assessoramento do Executivo, responsável - não perante ao Congresso Nacional - mas ao Conselho de Segurança Nacional e ao Presidente da República. Este órgão teve como primeiro presidente, seu idealizador, o general Golbery do Couto e Silva. Em 1970, o governo militar, visando aperfeiçoar o sistema de informações instituiu o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Este passou a ser integrado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pelos “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis”, pelos “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares”, pelo “Subsistema de Informações Estratégicas Militares” (SUSIEM) e por outros órgãos setoriais. O que o SISNI entendia como “Outros Órgãos Setoriais de Informações” eram assessorias de informações situadas em importantes esferas da administração pública ou em empresas estatais. Este artigo utiliza o acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI), Agência Pernambuco, responsável pela vigilância nos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O presente artigo analisa produção de informações feitas ou difundidas pelo Serviço de Nacional de Informações (SNI) como o apoio de outros órgãos de informações da ditadura militar brasileira, sobre as atividades da imprensa no estado da Paraíba.

Palavras-chave

História Política; Imprensa; Ditadura Militar; SNI

Abstract

After the installation of the military dictatorship in Brazil, one of the first institutionalization measures of the new government was the creation of the National Information Service (SNI). This body was formally created by Decree-Law No. 4,341 of June 13, 1964 as an advisory body to the Executive, responsible not to the National Congress, but to the National Security Council and the President of the Republic. This body's first president was its creator, General Golbery do Couto e Silva. In 1970 the military government, with the aim of improving the information system, established the National Information System (SISNI). This became integrated by the National Information Service (SNI), the “Sectoral Information Systems of Civil Ministries”, the “Sectoral Information Systems of Military Ministries”, the “Military Strategic Information Subsystem” (SUSIEM) and other sectoral bodies. What SISNI understood as “Other Sectoral Information Bodies” were information offices located in important spheres of public administration or in state-owned companies. This article makes use of the collection of the National Information Service (SNI), Agência Pernambuco, responsible for surveillance in the states of Alagoas, Paraíba, Pernambuco and Rio Grande do Norte. This article analyzes the production of information made or disseminated by the National Information Service (SNI) with the support of other information bodies of the Brazilian military dictatorship, about press activities in the state of Paraíba.

Keywords

Political History; Press; Military Dictatorship; “SNI”

Introdução

Com o golpe civil-militar de 1964 no Brasil, uma das primeiras medidas de institucionalização do novo governo foi a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI). O referido órgão foi criado formalmente pelo Decreto-Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, como órgão de assessoramento do Executivo responsável perante o Conselho de Segurança Nacional e o Presidente da República, mas que não se submetia ao controle do Congresso Nacional. Este órgão teve como primeiro presidente, seu idealizador, o general Golbery do Couto e Silva, que “dezessete anos depois de tê-lo criado viria a chamá-lo de ‘monstro’”.¹ Segundo Alves:

A lei determinava explicitamente que o SNI deveria colaborar com o Conselho de Segurança Nacional em ‘todas as questões afetas à Segurança Nacional’. Declarava que seu principal objetivo seria ‘coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna. Na prática, o SNI tornou-se um poder político de facto quase tão importante quanto o do próprio Executivo.’²

Este texto pretende analisar a produção de informações feita pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) referente a órgão da imprensa no estado da Paraíba. Para a consecução desse objetivo, tomamos como base fontes primárias impressas, especificamente, os documentos do Fundo SNI – Agência Pernambuco, arquivados no acervo do Memorial da Democracia da Paraíba, na Casa Fundação José Américo.³ A referida Agência desenvolvia seu trabalho nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Os documentos SNI são o que Caroline Silveira Bauer e René E. Gertz chamam de “fontes sensíveis”. Segundo os referidos autores:

Esses documentos afetam, de forma direta, a sociedade em que foram produzidos e recuperados (Estado, agentes da repressão, vítimas, familiares, organizações de Direitos Humanos, Forças Armadas), principalmente porque, no

1 GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 153.

2 ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 72-73.

3 Estes documentos foram depositados originalmente no Arquivo Nacional, mas a parte ligada à Agência Recife foi disponibilizada para a Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, e estão hoje, também no referido Arquivo.

caso das ditaduras militares, seus protagonistas ainda estão vivos e por constituírem fatos do passado recente dessas sociedades. Isso traz à tona a discussão sobre privacidade e preservação da intimidade das pessoas. Além disso, esses arquivos possuem, somado ao valor histórico e judicial, grande valor para a definição da memória histórica e para a constituição da identidade⁴.

Nesse contexto, pós ditadura civil-militar e após longa luta pela abertura de parte dos arquivos da ditadura, “os documentos que compõem os acervos provenientes das forças repressivas servem [...] para atividades opostas à sua origem – produzidos para coordenar ações repressivas, agora podem ser usados para compensar vítimas por arbitrariedades e violações de seus direitos”⁵.

A imprensa no Brasil diante do golpe civil-militar de 1964 e da Ditadura militar

Segundo Ferreira⁶, ao contrário das versões disseminadas, a imprensa, pelo menos até meados do segundo semestre de 1963, apoiou o governo de João Goulart em vários momentos. Só dois órgãos da grande imprensa fizeram oposição sistemática ao referido governo: os jornais *O Estado de São Paulo* e a *Tribuna de Imprensa*.

De acordo com Ferreira⁷, o segundo semestre de 1963, empresários da imprensa - em resposta ao espaço concedido ao deputado federal Leonel Brizola, na rádio Mayrink Veiga, entre eles Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon, representando respectivamente as rádios Globo, Jornal do Brasil e Tupi - criaram a “Rede da Democracia”, e passaram a unificar seus discursos em defesa das instituições do capitalismo, denunciando o perigo do comunismo e a política econômica do governo Goulart. Na sequência, uniformizaram também as mensagens de suas redes de jornais.⁸

4 BAUER, Caroline Silveira.; GERTZ, René E. Fontes sensíveis na história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.) In: O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2015. p.178.

5 BAUER, Caroline Silveira.; GERTZ, René E. op. cit. p. 178

6 FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 9. ed. e amp. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020 (O Brasil Republicano, vol. 3), p. 413.

7 FERREIRA, Jorge. op. cit., 2020.

8 Para uma visão geral sobre a “Rede da Democracia”, ver: CARVALHO, Aloysio Castelo. A rede da democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64). Niterói: Editora da UFF/Editora NitPress, 2010.

Segundo Abreu⁹, foi a partir da Revolta dos Marinheiros, liderada pelo cabo Anselmo, em 26 de março de 1964, que os jornais, até então defensores da manutenção do regime constitucional, passaram a pedir a intervenção das Forças Armadas para o restabelecimento da hierarquia militar. As exceções foram os jornais *Última Hora* e *Diário Carioca*, que se mantiveram em defesa do regime constitucional.

Entre os jornais que passaram para uma oposição ferrenha a Goulart, podemos destacar o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*. O primeiro, em editorial de primeira página, afirmou que as Forças Armadas tinham sido “feridas no que de mais essencial existe nelas: os fundamentos de autoridade e da hierarquia, da disciplina e do respeito às leis militares”.¹⁰ De acordo com a referida autora, o jornal conclamou o Exército a restabelecer a legalidade e o estado de direito e colocou o presidente da República na ilegalidade. Já o jornal *Correio da Manhã*¹¹, segundo Abreu¹², que era favorável à manutenção do regime democrático, começou a mudar de opinião após o Comício da Central do Brasil, do dia 13 de março de 1964. A partir daí, passou a publicar editoriais que foram considerados como sinais para o golpe. No dia 31 de março, dia seguinte à fala do presidente João Goulart na festa da posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube, e também dia em que as tropas do general Olímpio Mourão Filho se levantaram em Juiz de Fora, Minas Gerais, o jornal publicou o editorial intitulado “Basta”, que teve grande repercussão no país, em que afirmou: “A Nação não suporta mais a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma saída a dizer ao Sr. João Goulart: Saia”.¹³

9 ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

10 *Jornal do Brasil*, apud ABREU, Alzira Alves de. op. cit. 2004. p. 23.

11 Segundo Abreu, com a consumação do golpe, a repressão a vários segmentos da sociedade e a promulgação do primeiro Ato Institucional, o jornal *Correio da Manhã* se distanciou do governo militar e passou a denunciar as arbitrariedades cometidas pelo regime, inclusive a prática de tortura em presos políticos. No decorrer da ditadura o jornal sofreu várias perseguições e terminou fechando em 1974. Sobre sua trajetória, ver. ANDRADE, Jeferson de. Um Jornal assassinado: a última batalha do *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

12 ABREU, Alzira Alves de. op. cit. 2004.

13 *Correio da Manhã* apud Abreu, Alzira Alves de. op. cit. 2004, p. 24

Outro órgão importante da imprensa brasileira que participou ativamente do golpe civil-militar de 1964 foi o jornal *O Estado de São Paulo*. De acordo com Abreu:

A justificativa foi de que Goulart manobrava para se manter no poder e estaria interessado em destruir a liberdade no país e interromper o regime democrático. Diante dessa inversão do quadro político, e com o argumento de que, para defender a democracia, era necessário romper as regras democráticas, Ruy Mesquita, um dos proprietários do jornal, integrou um grupo de civis e militares que articulou em São Paulo a queda de Goulart.¹⁴

O jornal *O Globo*, da mesma forma que outros órgãos da imprensa brasileira, fez um editorial forte em apoio ao golpe civil-militar de 1964, no dia 02 de abril do referido ano, já que não circulou no dia primeiro de abril. Diz o jornal do empresário Roberto Marinho, no editorial intitulado “Ressurge a Democracia”:

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. [...]

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.

As Forças Armadas, diz o Art. 176 da Carta Magna, “são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI.”

No momento em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras na reunião realizada no Automóvel Clube vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.

¹⁴ Abreu, Alzira Alves de. op. cit. 2004, p. 24

Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempo, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo.

A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo. Mas, por isto que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, contra qualquer idéia que, enquadrada dentro do princípio constitucional, objetive o bem do povo e o progresso do País. [...]

Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social. Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.¹⁵

Aqui se percebe a postura do jornal *O Globo*, justificando o golpe pela suposta ameaça comunista, quebra de hierarquia nas forças armadas devido a postura do presidente Goulart diante dos movimentos de militares de baixa patente e também afirmando que a decisão de afastar o governo constitucional envolveu várias segmentos da população e não foi contra qualquer reivindicação popular. No entanto, empresa jornalística toma uma posição de classe contra os interesses de forças sociais organizadas que lutavam por reformas e inclusão social e de ruptura da ordem democrática. A postura do grupo Globo, jornal, rádios e posteriormente a rede de televisão foi de apoio aos vinte e anos que se seguiram de ditadura.

Segundo Pilagallo¹⁶, após o golpe civil-militar, os jornais que conspiraram contra Goulart ou que apenas apoiaram o golpe reagiram com euforia à instalação do novo regime. A maioria aclamou a vitória por meio de editoriais que saudavam a vitória sobre a radicalização populista.

15 *O Globo*, 02/04/1964.

16 PILAGALLO, Oscar. História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

No entanto, de acordo com Pilagallo¹⁷, o dono dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, foi além de demonstrar satisfação pelo afastamento do presidente constitucional, João Goulart. Nos primeiros meses após o golpe, os poucos reparos que ele fazia aos rumos do novo governo era cobrar mais autoritarismo, do que o então vigente. Inicialmente, fez apologia a Castelo Branco, o presidente eleito de forma indireta pelo Congresso Nacional para terminar o mandato de Goulart, a quem chegou a comparar ao presidente francês, Charles De Gaulle, líder da Resistência francesa na Segunda Guerra Mundial. Depois, por questões ligadas ao processo de criação da Rede Globo de Televisão, que viria a ser a grande concorrente de sua TV Tupi, rompeu com Castelo Branco, mas continuou apoiando a ditadura. Envolveu sua rede de comunicação no apoio à candidatura do general Arthur da Costa e Silva, na sucessão a Castelo Branco. Quando ele morreu, em abril de 1968, seu império de comunicação já passava por grandes dificuldades.

De acordo com Pilagallo¹⁸, outro grupo paulista de comunicação, a Folha, teve uma trajetória diferente dos Diários Associados. Sob o regime militar, a empresa se consolidaria, primeiro em termos econômicos e mais tarde editorialmente. Apesar de críticas pontuais, de modo geral o grupo Folha apoiou a ditadura militar e cresceu na nova ordem. Segundo Pilagallo:

Em pouco tempo, o grupo já poderia ser descrito como um pequeno conglomerado jornalístico. Entre 1965 e 1968, Frias e Caldeira compraram dois jornais – *Notícias Populares* e *Última Hora* –, criaram outros dois – *Cidade de Santos* e *Folha da Tarde*¹⁹ –, adquiriram parte de uma emissora de televisão – a TV Excelsior –, assumiram a Fundação Cásper Líbero e investiram na mais moderna tecnologia de impressão, o *offset*.²⁰

Em 1967, buscando concorrer com o *Jornal da Tarde*, ligado ao Grupo Estado, que tinha uma boa aceitação no meio estudantil, os dirigentes do Grupo Folha, recriaram o jornal *Folha da Tarde*, e contrataram para dirigi-lo o jornalista Jorge Miranda Jordão, que tinha repúdio a ditadura. Este montou uma

17 PILAGALLO, Oscar. op. cit. 2012.

18 PILAGALLO, Oscar. op. cit. 2012.

19 Sobre o jornal *Folha da Tarde*, e a contribuição dele com a ditadura, inclusive com a formação de uma redação ligada aos órgãos de repressão, ver. KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

20 PILAGALLO, Oscar. op. cit. 2012. p. 178.

redação de esquerda, com diversos jornalistas ligados a organizações clandestinas. Foram contratados Luiz Robert Clauzet e sua mulher, Rose Nogueira, que integravam a equipe de apoio da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Também foi contratado o frade dominicano Frei Beto, vinculado ao líder da ALN, Carlos Marighella, este começou como repórter responsável pela cobertura do movimento estudantil, depois foi promovido a chefe de reportagem.²¹

Esta fase do jornal *Folha da Tarde* terminou com decretação do AI-5 em dezembro de 1968. Segundo Pilagallo:

A redação de esquerda seria desmontada no início do ano seguinte. Em janeiro de 1969, Frei Beto cai na clandestinidade; em maio, Miranda Jordão, que se tornara peça importante no esquema de apoio a Marighella, e já fora do jornal, é demitido da empresa; e, em 4 de novembro, no mesmo dia em que o líder da AL morre numa emboscada, Rose Nogueira é detida. Todo o grupo da organização subversiva que trabalhava na *Folha da Tarde* acaba sendo presa.²²

De acordo com Pilagallo²³ em reação a esse período de domínio da esquerda armada em seus jornais, a empresa promove uma guinada ideológica na *Folha da Tarde*, colocando-a sob a direção de jornalistas ligados a polícia. Passou a comandar o jornal Antônio Aggio Jr., oriundo de outro jornal do Grupo, o *Cidade de Santos*. Durante todo período em que editou o *Cidade de Santos* e a *Folha da Tarde*, Aggio recebeu salário também do aparelho policial do Estado.²⁴

De forma geral, a maior parte da imprensa brasileira apoiou a ditadura militar, mas alguns conflitos passaram a existir, entre esta e alguns órgãos de imprensa, com a implantação da censura²⁵, principalmente depois do Ato

21 PILAGALLO, Oscar. op. cit. 2004, p. 201-202.

22 PILAGALLO, Oscar. op. cit. 2004, p. 204.

23 PILAGALLO, Oscar. op. cit. 2012.

24 De acordo com Pilagallo vários policiais compuseram a redação do jornal, o chefe de reportagem, Carlos Dias Torres, era investigador de polícia. O editor internacional, Carlos Antônio Guimarães Sequeira, trabalhava como delegado e agente do Dops. Um repórter, Edson Corrêa, tinha patente de major da Polícia Militar. O delegado Antonio Bim também esteve por algum tempo no jornal. Além deles, Horley Antônio Destro circulava na redação com uma pistola automática.

25 Não é nosso objetivo neste artigo fazer uma discussão ampla sobre a censura a imprensa no Brasil no período da ditadura militar, mas apenas discutir alguns exemplos para destacar as contradições

Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, e o Decreto-Lei 1.077 de 26 de janeiro de 1970 que institucionalizou a censura prévia.²⁶

Mas nem todos os jornais e revistas ficariam submetidos à censura prévia. De acordo com Pilagallo:

A maioria, ao acatar as ordens dos censores enviadas por telefone ou por telex, deixava de abordar os temas proibidos, sofrendo uma ‘censura branca’, como se dizia, ou praticando uma espécie de autocensura. Da grande imprensa paulista só *O Estado*, o *Jornal da Tarde* e a *Veja* não aceitaram a imposição e foram submetidos à censura prévia, que atingiu também os tabloides alternativos.²⁷

Para sinalizar que estava sob censura, *O Estado de São Paulo* passa a publicar versos de *Os lusíadas*, de Luís de Camões, no lugar de notícias vetadas. No *Jornal da Tarde* as páginas de política são entremeadas com receitas culinárias. Os dois jornais estiveram sob censura até 3 de janeiro de 1975, véspera dos cem anos do *Estado*.²⁸ De acordo com o referido autor, “O enfrentamento da censura causou problemas ao *Estado* e ao *Jornal da Tarde*, mas também emprestou pretígio e reconhecimento aos dois veículos”.²⁹

Na grande imprensa, a publicação submetida à censura com mais rigor e por mais tempo foi a revista *Veja*. Com três meses de vida, em 13 de dezembro de 1968, um coronel se dirigiu ao prédio da Editora Abril e informou a Roberto Civita que estava lá para censurar a revista. Quanto a censura prévia, ela esteve em vigor com relação a *Veja* de maio de 1974 até 3 de junho de 1976, quatro meses depois do editor, o jornalista Mino Carta se demitir em decorrência de pressão do governo.³⁰ Ela não foi a única publicação da Editora

entre imprensa e ditadura no Brasil nesta conjuntura. Para uma discussão mais ampla sobre a censura a imprensa no Brasil nesta época. Ver. AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.; SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

26 Segundo Pilagallo, a história da censura à imprensa na ditadura começou em 1966, com o Ato Institucional nº 2 (AI-2) que dobrou para dois anos a prescrição da ação penal relativa a delitos da imprensa. Em fevereiro de 1967, a Lei de Imprensa deu poder ao ministro da Justiça para determinar a apreensão de qualquer impresso que veiculasse incitamento à subversão da ordem pública e social.

27 PILAGALLO, Oscar. op. cit. 2004, p. 178.

28 PILAGALLO, Oscar. op. cit. 2004, p. 182-183.

29 PILAGALLO, Oscar. op. cit. 2004, p. 182.

30 Para mais detalhes sobre a revista *Veja*, ver. ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura (1968-1976)*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

Abril a ter problemas com a censura, a revista *Realidade*, lançada em abril de 1966 também não teve sossego.³¹

Ainda de acordo com Pilagallo³², fora de São Paulo, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, também enfrentou a censura prévia. E, com a imprensa tradicional entre acuada e amordaçada, começou a florescer no país, sobretudo a partir dos anos 1970, uma imprensa alternativa. Segundo Kucinski:

Durante os quinze anos da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecido como *imprensa alternativa* ou *imprensa nanica*.³³

Entre os chamados alternativos, geralmente ligados a organizações de esquerda clandestina, muitos tiveram destaques no enfrentamento à ditadura. Entre eles podemos destacar o *Opinião*, *O Movimento*, o *Em Tempo*, o *Pasquim*, etc. Além da censura e da repressão que estes jornais ditos alternativos sofria dos órgãos oficiais, a partir de 1977, grupos de extrema direita passaram a lançar bombas incendiárias em bancas de jornais que vendiam estes jornais, prática que se acentuou no ano de 1980. Mas segundo Pilagallo³⁴ não foram as bombas as principais responsáveis pelo fim ao ciclo dos “alternativos”, mas uma conjunção de outros fatores:

Em primeiro lugar, o triunfo da estratégia da abertura política restringiu a relevância de um jornalismo de resistência, sobretudo depois da anistia de 1979. Em segundo, vários dos jornais que haviam experimentado o auge em meados da década enfraqueceram-se com sucessivos “rachas”. Em terceiro, as publicações, que haviam nascido como frentes jornalísticas de esquerda, mudaram de natureza, passando a ser porta-vozes de partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), legalizado a partir de dezembro de 1975, com a lei que extinguiu o bipartidarismo. Finalmente, a grande imprensa incorporou o que havia de melhor nos nanicos diluindo a experiência radical em termos editoriais, mas dando-lhe uma inédita sustentação empresarial. Foi assim que

31 PILAGALLO, Oscar. op. cit. 2004, p. 184-186.

32 PILAGALLO, Oscar. op. cit. 2004.

33 KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta Editorial, 1991. p. XIII.

34 PILAGALLO, Oscar. op. cit. 2004.

surgiram o “Folhetim”, caderno cultural da *Folha*, e mais tarde, *Isto É* e o *Jornal da República*.³⁵

Com esta descrição, podemos verificar a relação tensa entre a imprensa brasileira e o golpe civil-militar e a própria ditadura instalada. Grande parte da imprensa apoiou o golpe, depois, parte dela, passou a fazer oposição dentro limites permitidos pela ditadura, outros continuaram apoiando até o fim e praticamente todos os órgãos viveram uma relação de contradições, as vezes apoiando, outras sofrendo censura e também tentando aproveitar as brechas permitidas pelo regime para fazer alguma crítica ao mesmo. O contexto permitiu o surgimento da chamada imprensa alternativa, essa sim de oposição e sempre vítima de censura e repressão.

Criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Sistema Nacional de Informações (SISNI)

Segundo Figueiredo³⁶, um mês após o golpe civil-militar, o novo governo enviava para o Congresso Nacional o projeto de lei nº 1.968, visando criar um novo serviço de informação, o Serviço Nacional de Informação (SNI).³⁷ De acordo com Antunes:

A lei que criara o SNI foi aprovada em 13 de junho de 1964. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi instituído como órgão diretamente subordinado à Presidência da República e operaria em proveito do presidente e do Conselho de Segurança Nacional. De acordo com esta lei, o SNI tinha a responsabilidade de superintender e coordenar as atividades de informação e contra-informação no país, em particular as que interessassem à Segurança Nacional.³⁸

35 PILAGALLO, Oscar. op. cit. 2004, p. 223.

36 FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

37 Antes do SNI ser criado, existiu no Brasil outro serviço secreto, o Serviço Federal de Informações e Contra-informação (Sfci), criado em 1946 pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, mas implementado, de fato, durante o governo do presidente de Juscelino Kubitschek, em 1956.

38 ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 52.

Em sua estrutura orgânica o Serviço era composto pelo Gabinete do Ministro-Chefe e Agência Central e as doze Agências Regionais³⁹ com sede em estados considerados importantes para a Segurança Nacional.

A Agência Central era a responsável pelo processo de triagem da grande massa de informações que eram recolhidas pelo SNI. De acordo com o decreto 55.194, compreendia uma Chefia, uma Seção de Informações Estratégicas, uma Seção de Segurança Interna, uma Seção de Operações Especiais. À Seção de Informações Estratégicas cabia planejar a pesquisa e a busca de dados que lhe fossem determinados, bem como reunir, processar e atualizar os dados colhidos e os estudos realizados. À Seção de Operações Especiais cabia realizar a busca especializada de informes e participar do planejamento de operações a serem realizadas com outras agências. E, por fim, à Seção de Segurança Interna cabia identificar e avaliar os antagonismos existentes ou em potencial, que pudessem afetar a segurança nacional e realizar a análise e a adequada disseminação dos estudos realizados. [...] Com a diferença de ter um número de efetivos bem menor do que a Agência Central, as Agências Regionais também eram divididas desta mesma forma. Seus efetivos, de acordo com a grande parte dos depoentes, foram inicialmente na área militar, tanto da ativa quanto da reserva e a força que tinha maior presença era o Exército. Alguns civis também foram inicialmente contratados, mas normalmente para desenvolver atividades específicas, como escrivães etc.⁴⁰

Segundo Fico⁴¹, quando se tem contato com o pensamento da comunidade de informações, a primeira reação é o riso. Pois, na produção dos documentos dos órgãos, a preocupação com a força do “inimigo” parece excessiva e o jargão dos militares envolvidos emprestam aos documentos um tom grandiloquente e tecnicista de algum modo incompatível com real dimensão do problema. Por fim, de acordo com o referido autor, o tratamento ideológico é de tal forma precário, que soa como o mais elementar “falseamento da realidade”.

Mas, Fico, alerta que, para além do caráter grotesco,

ao longo dos anos, o Serviço Nacional de Informações (SNI) constituiu-se em fonte bastante profissional de informações para os generais-presidentes, permanecendo quase sempre nos níveis subalternos as avaliações equivocadas, filtradas que eram, naturalmente, pelos escalões superiores e mais habilitados. Desse modo, a comunidade de informações gerou situações muito sérias,

39 Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

40 ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. op. cit. 2004, p. 53-54.

41 FICO, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

com consequências gravíssimas para a sociedade brasileira. É necessário, portanto, compreendê-lo em profundidade, pois o folclore sobre as ‘trapalhadas’ pode ocultar a verdadeira dimensão do problema.⁴²

Em 1970, o governo militar, visando aperfeiçoar o sistema de informações, instituiu o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Este passou a ser integrado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pelos “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis”, pelos “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares”, pelo “Subsistema de Informações Estratégicas Militares” (SUSIEM) e por outros órgãos setoriais. De acordo com Fico:

O SNI era o órgão central do SISNI. Seu chefe tinha *status* de ministro de Estado e assessorava diretamente o presidente da República. Competia-lhe superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional. Paulatinamente, o Serviço foi buscando recolher informações também no exterior, sobretudo em relação aos países da América Latina.⁴³

Os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis” eram constituídos pelos órgãos de informações dos respectivos ministérios e das autarquias, fundações e empresas estatais vinculadas. O órgão central de informações de um ministério civil era a sua “Divisão de Segurança e Informações”.

O papel das DSIs era assessorar os titulares dos ministérios no processo de tomada de decisão e em questões de segurança. Mas elas funcionavam sob um duplo comando: eram subordinadas ao ministro respectivo, nominalmente seu chefe, porém, ao mesmo tempo, eram coordenadas pelo CSN até 1970, e a partir daí pelo SNI. Os diretores das DSIs em geral eram oficiais superiores reformados das Forças Armadas – coronéis ou generais do Exército, brigadeiros da Aeronáutica.⁴⁴

Em cada órgão importante de administração pública existia uma “Assessoria de Segurança e Informações” (ASI), em alguns casos, também chamada de “Assessoria Especial de Segurança e Informações” (AESI).⁴⁵

42 FICO, Carlos. op. cit. 2001. p. 74-75.

43 FICO, Carlos. op. cit. , 2001. p. 81.

44 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 193-194.

45 Essas agências foram denominadas inicialmente Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis), porém, após nova reformulação do sistema, em 1975, a denominação oficial passou a ser ASI. Ver. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit. 2014. p. 195. Para uma relação completa dos órgãos das três Forças e da montagem de todo sistema de espionagem e repressão. ver. FICO, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.; AN-TUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2001; FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio:

Os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares” eram específicos das Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica. No âmbito do sistema da Marinha, o principal órgão era o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); no Exército, o Centro de Informação do Exército (CIE), e na Aeronáutica, o Centro de Informações de Segurança Aeronáutica (CISA). Segundo Fico:

Os órgãos militares de informações também realizavam operações de segurança, isto é, eram ‘executantes’, podendo ser caracterizados como ‘órgãos mistos’, de informações e de segurança. Diferentemente das DSI e, em boa medida, do próprio SNI, o CIE, o CENIMAR e o CISA também patrocinavam ‘operações’, ou seja, saíam à rua para prender pessoas que seriam interrogadas, sendo conhecidos diversos relatos de presos políticos torturados por agentes desses órgãos.⁴⁶

De fato, como podemos ver, a ditadura militar brasileira montou e sistema de informações poderoso, que principalmente a partir das modificações feitas em 1970, com a criação do Sistema Nacional de Informações transformou-se num “monstro” que vigiava toda sociedade civil brasileira, inclusive políticos civil vinculadas organicamente a ditadura. Se esse órgão não participava diretamente da repressão, com prisões e torturas alimentava a polícia política com informações que levava a estas práticas.

A Imprensa do Estado da Paraíba e a vigilância dos órgãos de informação da Ditadura Militar

No momento do golpe civil-militar de 1964, os principais jornais impressos no estado da Paraíba eram os jornais *A União*, *O Norte* e o *Correio da Paraíba*, estabelecidos na capital do estado, João Pessoa, e o *Diário da Borborema* e o *Jornal da Paraíba* na cidade de Campina Grande.

A União, jornal fundado em 2 de fevereiro de 1893, pelo Presidente da Província Álvaro Machado, já nasceu como jornal oficial do Estado. Segundo Araújo⁴⁷, que analisou 26 editoriais do referido jornal no mês de março de 1982:

a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

⁴⁶ FICO, Carlos. op. cit. 2004, p. 92.

⁴⁷ ARAÚJO, Fátima. História e ideologia da imprensa paraibana. João Pessoa: A União, 1983.

A União reproduz única e exclusivamente a ideologia dominante, em assuntos que variam entre Política – os atos do governo e os deslizes cometidos pelos partidos oposicionistas, visitas de autoridades à Paraíba, mensagens de esperanças dirigidas ao povo e apologia a homens e obras públicas.⁴⁸

Como os governadores do estado da Paraíba que controlavam o jornal foram todos aliados da ditadura militar, o referido jornal sempre foi favorável e apologista do regime.

O jornal *O Norte* foi fundado em 7 de maio de 1908 pelos irmãos Oscar e Orris Eugênio Soares. Em 1954 o jornal foi incorporado aos Diários Associados de Assis Chateaubriand. A partir de 1964, passou a seguir a linha editorial desse conglomerado de comunicação, em apoio à ditadura militar. Segundo Araújo:

A ideologia do jornal *O Norte* é a dominante, com requintes, muitas vezes, de oficialidade, devido ao conservadorismo que apresenta em alguns editoriais. Através de muitas dessas peças opinativas, a linha do jornal apresenta-se ambígua, não conseguindo o leitor identificar, com facilidade, o posicionamento do órgão. Como exemplo, os editoriais que começam elogiando o governo, ou o sistema, acabando por apontar algumas falhas.⁴⁹

O jornal *Correio da Paraíba* foi fundado no dia 05 de agosto de 1953, pelo futuro deputado federal Teotônio Neto.⁵⁰ No final de 1979 ele foi adquirido pelo grupo Adalberto Barreto e José Fernandes Neto. No início dos anos de 1980 o jornal passou a pertencer aos empresários Paulo Brandão Cavalcanti Filho e Roberto Cavalcanti Ribeiro. Segundo Araújo, “A ideologia do CORREIO DA PARAÍBA é um pouco eclética”.⁵¹

O jornal *Diário da Borborema*, da cidade de Campina Grande, no interior do estado da Paraíba, foi fundado no dia 2 de outubro de 1957 pertencente ao grupo dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. É uma espécie de irmão gêmeo do jornal *O Norte*, da cidade de João Pessoa. Mas, segundo Araújo:

48 ARAÚJO, Fátima. op. cit. 1983. p. 113.

49 ARAÚJO, Fátima. op. cit. 2004, p. 119.

50 Ele elegeu-se deputado federal pelo estado da Paraíba em 1962, pela legenda do Partido Social Democrático (PSD) e posteriormente, em 1966, pela Aliança Renovadora Nacional (Arena).

51 ARAÚJO, Fátima. op. cit. 2004, p. 125.

Apesar das afinidades a nível de empresa, o DIÁRIO DA BORBOREMA rege-se por uma linha bem mais aberta que a do jornal da mesma cadeia, sediado na capital, fazendo em seus editoriais, quando necessário, críticas ferrenhas aos descasos das autoridades, com relação a Campina Grande.⁵²

Também em Campina Grande circulava outro jornal diário, *O Jornal da Paraíba*, fundado em 5 de setembro de 1971, pelo grupo Admar Borges da Costa Santos, Josusmá Viana e Maurício Almeida. Posteriormente ficou sob a direção do empresário José Carlos da Silva Júnior.

No ano de 1973 surgiu mais um jornal em João Pessoa, *O Momento*, um semanário lançado no dia 31 de dezembro de 1973, fundado pelo jornalista Jório Machado, preso e torturado durante a ditadura militar.⁵³ Para concretizar a fundação do jornal, colocou como diretor, por um semestre, o deputado estadual arenista Jonas Leite Chaves, seu amigo pessoal. Segundo Araújo, “sua ideologia é de oposição às autoridades constituídas, criticando os atos do Governo com certa mordacidade, numa linha de ataque”.⁵⁴ Nos anos de 1980 foi lançado mais um jornal em Campina Grande, o *Gazeta do Sertão*, lançado no dia 25 de maio de 1981, por Edvaldo do Ó.

No momento do pós golpe civil-militar de 1964, também na imprensa paraibana, vários colunistas justificam o golpe e externam seu apoio ao mesmo. O colunista Antônio de Barroso Pontes, do jornal *O Norte*, pertencente aos Diários Associados de Assis Chateaubriand, que vinha procurando desestabilizar o governo Goulart em nível nacional a partir de todo seu conglomerado, justifica o golpe devido ao clima de baderna que havia sido implantado por Jango.

João Goulart, dentro de pouco tempo, conseguiu o que nenhum político conseguira jamais no Brasil, corromper, agitar e por fim desmoralizar inclusive as Forças Armadas do país, que por sinal suportaram muito ao ponto de receberem críticas de parte da opinião pública desenganada com a regularização da ordem e da tranquilidade.⁵⁵

52 ARAÚJO, Fátima. op. cit. 2004, p. 135.

53 Sobre a prisão e repressão sofrida pelo jornalista Jório Machado durante a ditadura militar, ver MACHADO, Jório. 1964: a opressão dos quartéis. João Pessoa: O Combate, 1991.

54 ARAÚJO, Fátima. op. cit. 2004, p. 130.

55 *O Norte*, 05/04/1964.

Alguns dias depois, o referido colunista congratula-se com os líderes militares da Revolução que, segundo ele, restauraram a normalidade do país, não deixando os “Arrais, Brizolas e Juliões” atacarem a população democrata.

Em vez daquela Revolução dos Arrais, dos Brizolas, dos Juliões, em que o povo democrata estava destinado a sucumbir e os líderes iriam para o ‘paredon’, os proprietários rurais picados a golpes de foice, tivemos graças a Deus que é brasileiro como já se disse, uma das mais providenciais revoluções do mundo.⁵⁶

O jornal *Correio da Paraíba* também publica matéria, assinada por Agrimar Montenegro, enaltecendo o golpe civil-militar.

Agora podemos dizer que Deus é brasileiro de fato. Por um verdadeiro milagre, com as graças do Altíssimo e a intervenção rápida e enérgica das nossas Forças Armadas, não tivemos em nosso país uma autêntica revolução comunista, com massacres, fuzilamentos, roubos e de consequências imprevisíveis. Com apenas 24 horas de antecipação, o Exército de Caxias, sob o comando de seus bravos generais, liderou uma revolução democrática, sem derramamento de sangue, conseguindo libertar o Brasil dos impatriotas. Não estamos escrevendo demagogia, pois os falsos profetas, depois de desmascarados, é que estão confessando a trama sinistra, sendo que a imprensa tem divulgado apenas alguns fatos, ficando o grosso e inacreditável, mas verdadeiro, para depois de concluídos todos os interrogatórios.⁵⁷

Durante quase toda a ditadura militar a imprensa paraibana apoiou ou foi conivente com a ditadura, uns por convicção, outros devido à situação de censura e repressão à imprensa. Só no período da abertura “lenta, gradual e segura”, iniciada no governo de Ernesto Geisel e seguida no de João Baptista Figueiredo, parte da imprensa passou a fazer críticas pontuais à ditadura. Mas mesmo mantendo essa postura branda, foi constantemente vigiada pelos órgãos de informação. Tanto os jornais impressos como as rádios existentes no estado.

Uma das linhas de investigação dos órgãos de informações da ditadura militar sobre a imprensa era tentar identificar a linha de atuação da mesma no que se refere ao referido regime. Sobre o jornal *O Norte*, um relatório do SNI, Agência Recife, constata que este jornal vinha tendo um caráter “agressivo” e contrário ao governo e ao regime, no entanto, a partir de 15 de março de

56 *O Norte*, 16/05/1964.

57 *Correio da Paraíba*, 10/04/1964.

1979 passa a ter uma postura mais amena sem deixar de manter um comportamento de oposição. Isso teria se dado devido a contatos com o executivo estadual.

1. Durante bastante tempo, o jornal "O NORTE", pertencente aos "DIÁRIOS ASSOCIADOS" e principal veículo de imprensa do Estado da PARAÍBA, manteve uma linha de contestação ao Governo Federal e ao regime vigente no País bem como às administrações Estadual e municipal que se identificavam com o Governo da República.

2. Alega-se que a abertura da linha editorial do referido órgão de imprensa surgiu como imposição de sobrevivência financeira da empresa, pois não tendo matéria dos órgãos governamentais e empresas estatais, pouco lhe restava como alternativa para angariar meios de venda de espaço e matérias pagas, permitindo, em decorrência desse fato, o aparecimento em seu corpo redacional e editorial de elementos que se identificam como possuidores de idéias contrárias ao regime vigente, motivo por que o referido jornal vinha se destacando um dos jornais da cadeia dos "DIÁRIOS ASSOCIADOS" em manter uma sistemática linha de contestação sem vínculo mais profundo com a direção geral daquela empresa.

3. A partir de 15 Mar 79, entretanto, o jornal "O NORTE" passou a adotar uma linha de atuação mais amena, sem muita agressividade, em relação ao Governo e ao regime sem, contudo, deixar de manter um comportamento de oposição. Em termos de Estado, face à habilidade do Chefe do Executivo paraibano, desapareceu praticamente a linha contestatória e de oposição até então reinante. Crítica construtivamente.⁵⁸

Neste Informe nota-se que os órgãos de informações vinham monitorando o jornal *O Norte* a algum tempo, pois conseguem perceber mudanças na linha editorial do referido jornal quanto a sua posição frente a ditadura militar e ao próprio governo do estado da Paraíba aliado desta. Esta possibilidade de crítica ao jornal só foi possível com a chamada abertura política e o fim da censura prévia a imprensa no Brasil. O jornal ligado ao grupo editorial Diários Associados que sempre apoiou o regime teria passado para essa postura mais crítica devido necessidades de sobrevivência, mas a habilidade do executivo estadual, provalmente através de apoio publicitário teria feito que ele adotasse uma atitude mais amena.

No ano de 1981, a Agência Recife do SNI produziu um documento fazendo uma avaliação da situação da área de comunicação nos estados cobertos pela

58 ARE_ACE_405_79. Fundo SNI – Agência Recife.

referida Agência. Quanto ao estado da Paraíba, reafirma a mudança de posição do jornal *O Norte*, de apoio ao governo e destaca a oposição do jornal *O Momento*. Nos pontos seguintes retrata grupos de pressão que estimulam matérias de seu interesse, o relacionamento das autoridades com as comunidades de informação e a articulação do campo político com os meios de comunicação

1. Comportamento dos órgãos de comunicação social na área, quanto a sua força ideológica. 4.8.1. [...]

- Em JOÃO PESSOA, o jornal "O NORTE" adota uma linha de atuação amena, sem muita agressividade, em relação ao Governo e ao regime, contudo, sem deixar de manter um comportamento oposicionista. Quanto aos demais órgãos de imprensa do estado, os mesmos são coerentes com o Governo e com o regime, exceto, o jornal "O MOMENTO", que adota uma linha de franca contestação

2. Identificação da presença de grupos e de pressão, "Patrulha Ideológica", vetando ou estimulando a publicação de matérias de seu interesse - 4.d.3. [...]

3. Relacionamento das autoridades com o órgão de comunicação social - 4.d.3.

É considerado bom, de um modo geral, o relacionamento das autoridades municipais, estaduais e federais da área, com os órgãos de comunicação social locais.

4. receptividade à política governamental, expressa em termos editoriais e de outros pronunciamentos - 4.6.4.

Não têm sido observadas, de um modo geral, ações desenvolvidas com o objetivo precípuo de influenciar a opinião pública a uma posição e antagonismo perante o Governo Federal. O que existe é a exploração do tema abordando "a incapacidade do Governo de conter a alta vertiginosa do custo de vida, o aumento da criminalidade" e solicitando 'um maior empenho das autoridades federais nos programas destinados ao Nordeste.⁵⁹

No documento citado acima, percebe-se que os órgãos de informações consideram positiva a postura dos meios de comunicação do estado Paraíba com as autoridades constituídas, tanto em nível federal, estadual e municipal. Apenas o jornal *O Norte* continua com uma oposição moderada e o jornal *O Momento* faz uma oposição densa, os demais mantêm relações amistosas com o regime militar.

59 ARE_ACE_1583_81. Fundo SNI – Agência Recife.

Um documento produzido pela Agência Central do SNI, em abril de 1981, relaciona 62 jornais, a maioria ligada à imprensa “alternativa”, como o *Pasquim*, *Movimento*, etc, ou a jornais ligados literalmente a partidos de organizações de esquerda clandestina, como *O Hora do Povo*, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o *Voz da Unidade*, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou *Tribuna da Luta Operária*, do Partido Comunista do Brasil (PC do B), como também o jornal ligado ao movimento homossexual, *O Lâmpião de Esquina*, ou à Igreja Católica, o *O São Paulo*, mas, da mesma forma, jornais da grande imprensa, como *Tribuna de Imprensa* ou *Correio da Manhã* que, segundo a avaliação do órgão de informação, possuem linha de atuação hostil ao governo, pela publicação de assuntos atentatórios à moral e aos bons costumes, bem como por apoiarem ações de movimentos de ideologias extremistas e contrários aos interesses nacionais, e que, portanto, eles não recomendam a difusão de publicidade, anúncios e atos oficiais, por parte de entidades da Administração Pública Federal. No caso do estado da Paraíba, um jornal é indicado nesta situação, o semanário *O Momento*:

[...] "O MOMENTO", JOÃO PESSOA/PB

Destaca-se por manter sistemática contestação ao regime e ao Governo e divulgar as promoções de entidades contestatórias. Seus dirigentes e articulistas são membros atuantes de movimentos de contestação da área estudantil e sindical do Estado.⁶⁰

Os órgãos de informações, ao fazer análise da imprensa nacional e local tinha como objetivo identificar a posição dos mesmos diante do regime político vigente, mas também indicavam penalidades, como podemos verificar no documento acima citado, onde há uma recomendação explícita de um grupo composto por 62 jornais, de várias origens não recebam publicidade de órgãos da administração pública devido sua postura política.

Foram feitos também, pelos órgãos de informações, relatos da trajetória de jornalistas considerados esquerdistas e vistos como inimigos do regime. Foi o caso do jornalista Teócrita Leal Ramos que foi editor do jornal *O Norte* nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Ele sofreu perseguição da ditadura militar desde o tempo de estudante de jornalismo no Colégio N. S. de Lourdes, instituição que mantinha um curso superior de jornalismo. Em 1964 foi afastado da

60 ARE_ACE_1662_81. Fundo SNI – Agência Recife.

escola, onde presidia o Diretório Central dos Estudantes e não pôde prosseguir seus estudos.⁶¹ Em depoimento concedido numa Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) no dia 22 de abril de 2015 discorreu sobre a censura a imprensa durante a ditadura militar. Segundo ele à censura ao jornal onde ele trabalhava se dava de duas maneiras: uma por meio de bilhetes, tipo telegrama, com a proibição de abordar determinados assuntos; e outra por meio da presença de agentes que passavam na direção e na redação do jornal. Também afirmou que a censura não era voltada exclusivamente para questões políticas, mas para um amplo leque de possibilidades. Qualquer tema que pudesse comprometer a visão positiva do desenvolvimento em curso no País era interdito, como por exemplo, a proibição de veicular qualquer matéria sobre o surto de meningite que ocorreu no sudeste do País nos anos de 1970.⁶²

Tendo essa trajetória de confronto com ditadura, era natural que o jornalista Teóclito Leal Ramos fosse vigiado pelo SNI. Em atendimento a um pedido de busca solicitado por um outro setor dos órgãos de informação, em abril de 1979, a Agência Recife do SNI informou o seguinte sobre o referido jornalista:

- Por solicitação deste Setor, esta SS informa apenas o que consta a respeito do nominado no Estado da PARAÍBA, uma vez que, os Correspondentes do RIO GRANDE DO NORTE e de ALAGOAS até esta data nada informaram:

a. em 1970, publicou pelo Jornal "O NORTE" matéria cuja divulgação havia sido proibida pelo Ministro da Justiça. Intimado a comparecer a DPF/FB, responsabilizou-se pelo fato da publicação, apesar de haver sido recomendado sobre o assunto, anteriormente;

b. em 1972, como Editor Secretário do Jornal "O NORTE", era mentor da linha de apoio no campo da propaganda comunista internacional;

c. em 1973, como colunista político do Jornal "O NORTE", divulgou notícias em que ficou evidenciado a sua tendência esquerdista

d. em 1974, no Jornal "O NORTE" fez publicar artigo em que dizia ' que ERNESTO "CHE" GUEVARA, em 1967, foi detido e assassinado na BOLÍVIA;

61 PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Relatório Final. João Pessoa: A União, 2017, p. 662.

62 PARAÍBA. op. cit., 2017, p. 662.

e. é visto sempre em companhia de elementos contestadores do Regime, já tendo participado de reuniões suspeitas.⁶³

No mesmo documento consta uma informação sobre o referido jornalista, fornecida pelo IV Exército, sediado em Recife, considerando-o um infiltrado comunista no jornal.

Em atenção ao disposto no documento acima referenciado, esta AI informa o seguinte:

Em 1973, TEÓCRITO LEAL era editor do jornal "O NORTE" de JOÃO PESSOA/PB, considerado "INFILTRADO" em face de identificação com a propaganda comunista internacional, que revela em determinados períodos. Normalmente faz as manchetes de impacto e burila a notícia e seu feitio, defendendo comunistas e atacando o americano.

Quando o nominado responde pela coluna "Política", de caráter local, sempre que pode dá também a sua contribuição ao interesse comunista de desgastar e antipatizar o povo americano perante a opinião pública.⁶⁴

Este documento busca colocar suspeitas sobre o jornalista Teócrito Leal Ramos acusando-o de ser um comunista infiltrado na redação do jornal *O Norte*. Também se percebe como ele foi acompanhado pelos órgãos de informações durante todo período que atuou como editor do referido jornal. A acusação de ser comunista durante o período da ditadura militar poderia trazer uma série de problemas pessoais e profissionais para o jornalista. Outra questão que podemos observar é que apesar dessas acusações a direção do jornal e do grupo Diários Associados, mesmo tendo apoiado o golpe civil-militar e de ser conivente com a ditadura militar manteve o jornalista em seu emprego, o que aconteceu com vários órgãos de imprensa do Brasil, talvez por precisarem de mão-de-obra qualificada para fazer o jornal, ou então devido elementos da cultura política brasileira, que durante a ditadura militar, apesar de toda repressão conviveu também, em vários setores como as universidades, por exemplo, com práticas de conciliação/acomodação.⁶⁵

Na conjuntura da sucessão do presidente João Batista de Figueiredo, em setembro de 1984, num momento de disputas dentro do partido do governo pela escolha do candidato do partido, outro jornalista, Luiz Otávio Amorim,

63 ARE_ACE_283_79. Fundo SNI – Agência Recife.

64 ARE_ACE_283_79. Fundo SNI – Agência Recife.

65 Sobre essa discussão referente a elementos de uma possível cultura política brasileira que se expressou também durante a ditadura. Ver. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. Santa Catarina: Revista Tempo & Argumento. v. 10, n. 23, 2018, pp. 109-137.

apresentador do Programa "Correio Debate", na rádio Correio da Paraíba, da cidade de João Pessoa, e reconhecidamente do campo conservador, teve os temas de seu programa detalhados num relatório da Agência Recife do SNI, que depois foi difundido para Agência Central, DSI do Ministério das Comunicações, para CIE, CISA, CENIMAR e o Departamento da Política Federal. Afirma o referido relatório:

1. O jornalista LUIZ OTÁVIO AMORIM, a partir de 1981, começou a apresentar na "RÁDIO CORREIO", de JOÃO PESSOA/PB, o programa "LUIZ OTÁVIO INFORMAL", que posteriormente veio a se chamar "CORREIO DEBATE", seu atual nome.

O referido programa, no início costumava analisar, de forma isenta, temas políticos, econômicos e sociais. A partir de 1984, passou a dar acesso a vários líderes esquerdistas e contestadores ao Governo, os quais coordenam os debates.

3. Em 23 JUL 84, reportando-se; conclamação feita aos alunos da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), pelo Professor RAIMUNDO GADDELHA FONTES, no sentido de "furar" a greve a época existente, LUIZ OTÁVIO AMORIM conclamou o Reitor da UFPB, BERILO RAMOS BORBA e "não tomar a brusca decisão de demitir os professores e que aquele tivesse em mente o fato de também ser professor, alertando que o mesmo estava em final de mandato". Em seguida, fez críticas à decisão do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC) e do Governo Federal "em aplicar medidas fortes, numa ocasião tão difícil da vida nacional".

4. No dia 30 JUL 84, o apresentador em foco, ainda reportando-se à greve nas Universidades Federais, chamou o governo Federal de "chantagista", por inúmeras vezes, acrescentando "não acreditar numa democracia dessa".

5. Em 03 AGO 84, o "CORREIO DEBATE" convidou D. JOSÉ MARIA PIRES (Arcebispo da PARAÍBA) e o Advogado GERALDO GOMES BELTRÃO (do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO), na PARAÍBA - PMDB/PB) para analisar o tema "VIOLÊNCIA", tendo os mesmos concordado que "o problema tem três causas, quais sejam;

- política (o Governo investindo dinheiro na repressão);

- sócio-econômica (a não possibilidade das camadas mais pobres terem acesso ao bem estar);e

- espiritual (ausência de religião nos lares). [...]

6. No dia 07 AGO 84, ao comentar sobre a Convenção do PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL (PDS), enfocou detalhes sobre o salário pago às "malufetes" e às "andreezzetes", afirmando que "durante o dia elas ganham 30 mil e a noite, outro tanto, servindo aos convencionais em suas camas".

7. Em 18 SET 84, abriu espaço para a ala dissidente do PDS através do ex-Governador de BAHIA, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, ocasião em que este, diretamente de SALVADOR/BA, teceu severas críticas ao atual quadro sucessório, notadamente ao candidato de situação, PAULO SALIM MALUF, trazendo aos ouvintes a informação de que o ex-chefe da CASA CIVIL, GOLBERY DO COUTO E SILVA, teria "segurado" inúmeros processos contra MALUF, quando dos empréstimos contraídos para o Grupo LUFTALA.

8. No dia 24 SET 84, o comentarista político GILVAN DE BRITO, reportando-se ao pronunciamento do Presidente FIGUEIREDO efetuado em 19 SET 84, alertou "para que os radicais de direita não voltem a tumultuar o processo político, conduzindo nos comícios bandeiras do PC do B, PCB e MR-8, a exemplo do que os militares do EXÉRCITO fizeram em GOIÁS".

9. LUIZ OTÁVIO AMORIM apresenta em seu programa vários elementos comprometidos com a contestação, entre eles os seguintes:

- SEVERINO MARCONDES MEIRA, advogado e suplente do vereador PMDB/PB, encarregado de prestar informações jurídicas a trabalhadores grevistas;

- ODUVALDO BATISTA, jornalista que comenta sobre economia e finanças e lê, durante o programa, editoriais de jornais alternativos ("O PAÍS", "TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA", etc);

- FRANCISCO MUNIZ DE MEDEIROS "FREI MARCELINO", membro do PARTIDO DOS TRABALHADORES, na PARAÍBA (PT/PB), e ativista junto a posseiros e trabalhadores rurais na PARAÍBA;

- ÁLVARO DINIZ, Presidente da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DA PARAÍBA (FETAG/PB).

10. A Direção da emissora, formada por ROBERTO CAVALCANTI RIBEIRO e PAULO BRANDÃO CAVALCANTI, está ciente da linha situação do programa "CORREIO DEBATE" e do seu apresentador, todavia não pretende fazer nada para coibir os excessos, por entender que "somente mantendo essa linha é que o programa pode granjear audiência".⁶⁶

Este longo documento citado, traz uma série de questões presentes na conjuntura do final da ditadura militar, que foram relatados pelos órgãos de informações ao fazerem uma análise do programa Correio Debate, coordenado pelo jornalista Luiz Otávio Amorim. O sistema Correio de Comunicação, nesse momento sob a direção dos empresários Roberto Cavalcanti e Paulo Brandão vinha apoiando com mais ênfase o processo de transição para de-

66 ARE_ACE_6400_84. Fundo SNI - Agência Recife.

mocracia no Brasil, principalmente a fase final da mesma, e fazem uma oposição sistemática ao governador do estado da Paraíba Wilson Leite Braga do Partido Social Democrático (PDS), aliado da ditadura. Neste clima o jornalista Luiz Otávio Amorim se sentia a vontade para trazer para o debate em seu programa temáticas que incomodavam a ditadura, como greves na universidade, a questão da violência, problemas de ordem moral na convenção do partido do governo, o PDS etc, e pessoas vinculadas a oposição ao regime como o arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires⁶⁷, dissidentes do PDS que não aceitavam a candidatura de Paulo Maluf a presidência como o governador do estado da Bahia Antonio Carlos Magalhães, pessoas ligados aos movimentos sociais no campo e a partidos da esquerda clandestina, entre outros. Assim, os agentes do SNI além de relatarem esses acontecimentos em seus relatórios, deixaram implícitos que buscaram interferir na direção da rede de comunicação que medidas fossem tomadas para mudança de linha editorial do programa de rádio, liderado por Luiz Otávio Amorim, o Correio Debate.

Outra temática que passou a chamar a atenção dos órgãos de informações, no início dos anos de 1980, foi a abertura de concorrência para concessão de um canal de televisão para a cidade de João Pessoa. Sobre o assunto, a agência regional do SNI produziu uma avaliação considerando que as empresas que se inscreverem para concorrer ao Edital divulgado em 1980, pelo Ministério das Comunicações, não desfrutaram de bom conceito perante a opinião pública; também procuram destacar fatos desabonadores dos dirigentes dessas empresas, tanto por sua atuação política no passado, ligado a organizações de esquerda, quanto por prováveis atos de legalidade duvidosa ou corrupção. Com relação ao grupo Correio da Paraíba, afirma:

[...]

3. O grupo "CORREIO LTDA, pela incapacidade gerencial e pelos desacertos evidenciados no bojo de suas atividades até o momento, não conseguiu sequer implantar uma estação de Rádio FM na cidade de CAMPINA GRANDE/PB, por absoluta falta de recursos financeiros.

EMPRESA DE TELEVISÃO CORREIO LTDA, sem ajustar suas finanças e com uma linha de programação radiofônica e jornalística muito distante dos

67 Sobre a trajetória do Arcebispo Dom José Maria Pires na Paraíba e sua luta enfrentamento a ditadura no estado. Ver. PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2012.

padrões mínimos exigidos pela população local, tem como seu principal coordenador o jornalista ALDALBERTO DE ARAÚJO BARRETO.

O nominado foi responsável, em 1962, por atividades subversivas no meio civil da PARAÍBA.

Em 1964, esteve preso no primeiro GPT E CONST e foi indiciado, no IPM/FB-1 por ter exercido a presidência da FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR, entidade que congregava elementos esquerdistas de JOÃO PESSOA/PB, inclusive membros do PCB.

Fez parte de uma relação de pessoas denunciadas pela PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR, sendo indiciado na 7 CJM no Processo n70/64, como incurso no Art. 2Q, III, da Lei nQ 1802/53, tendo sido excluído com a denúncia através de "Habeas-Corpus".

O jornalista em foco foi um dos elementos mais empenhados para uma possível união entre estudantes e camponeses, visando a agitar e subverter os meios estudantis e rurais da PARAÍBA.

Entre os componentes do grupo jornalístico do "CORREIO DA PARAÍBA" existe, também, restrição quanto ao ex-Secretário de Comunicação Social do Governo da PARAÍBA, CARLOS ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA, proprietário da livraria "LEIA", em JOÃO PESSOA/PB, estabelecimento que tem especializado suas vendas com obras de cunho político-contestatório. Embora exercesse cargo de confiança do Governo/PB, procurou assegurar-se de elementos com registros negativos nos Ol da PARAÍBA.

Quando Secretário de Comunicação Social/PB empenhava-se em arrefecer as manchetes que envolviam o ex-terrorista WANDERLEY CAIXE, pessoa de seu relacionamento. Buscava meios de omitir matéria jornalística que promovesse o trabalho desenvolvido por Secretários de Estado, tidos como integrados à Revolução de Março/1964.

Em fins de 1980, encontrou-se em SÃO PAULO com o presidente da Empresa "CORREIO DA PARAÍBA", ROBERTO CAVALCANTI RIBEIRO, tendo-lhe feito uma proposta de conseguir para o mesmo a concessão de um Canal de TV, destinado a JOÃO PESSOA/PB, desde que, em troca, tivesse participação acionária no Capital, na base de 1/3 do total do empreendimento. Posteriormente, num encontro reservado com o nominado, o citado presidente gravou a mencionada proposta.

Em 24 MAI 81, em face das acusações contidas na gravação, solicitou exoneração do cargo de Secretário de Comunicação Social/PB, a qual foi aceita pelo Governador da PARAÍBA [...].⁶⁸

68 ARE_ACE_3244_82. Fundo SNI - Agência Recife.

Para desqualificar a proposta do Sistema Correio para concorrer ao Edital para possível concessão de um canal de televisão na Paraíba os agentes do SNI, indicam três fatores: dificuldades financeiras, o fato do coordenador da empresa ser o jornalista Adalberto Barreto e um proposta de parceria do ex-Secretário do governo estadual, na gestão Tarcísio de Miranda Burity, eleito de forma indireta em 1978, Carlos Roberto Alves de Oliveira. Adalberto Barreto foi presidente da Associação da Paraibana de Imprensa nos anos 1960, e partir desse entidade fez campanha pela posse de João Goulart na presidência da República em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, também presidiu na Paraíba a Frente de Mobilização. Devido essas atividades foi preso em 1964 após o golpe e indiciado no Inquérito Policial Militar (IPM) subversão. Carlos Roberto mesmo exercendo cargo de confiança num governo aliado a ditadura militar era colocado sob suspeita por ser proprietário de uma editora que supostamente vendia material de cunho contestário a ditadura, além de como secretário de Comunicação do estado da Paraíba ter atuado para amenizar críticas na imprensa ao advogado e ex-presos político Wanderley Caixe, que tinha vindo de São Paulo para Paraíba com o fim de coordenar o Núcleo de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, entidade que teve papel fundamental na defesa de camponeses envolvidos em conflitos de terra no estado nos anos de 1970 e 1980. Conflitos que eram minuciosamente vigiados pelo SNI.⁶⁹

Com relação ao grupo ligado aos Diários Associados, também candidato a tal concessão, são feitas as seguintes considerações:

4. No que se refere ao grupo TELEVISÃO JOÃO PESSOA, liderado por MARCONI GOES DE ALBUQUERQUE, superintendente dos DIÁRIOS ASSOCIADOS", na PARAÍBA, pelo fracasso que o condomínio associado levou a REDE TUPI DE TELEVISÃO, pouco se espera dessa nova corrente de dirigente, egressa da extinta cadeia associada.

Seus dirigentes paraibanos adotavam, comumente, posições contrárias à linha de ação política do Governo Federal, muito embora, no momento, prestem relevante cobertura aos atos governamentais.

O grupo em apreço tem o Governador da PARAÍBA, TARCISIO DE MIRANDA BURITY, como seu principal defensor e patrocinador, uma vez que

69 Sobre a vigilância do SNI aos movimentos sociais no campo e suas relações com membros da Igreja Católica progressista no estado da Paraíba. ver. FERREIRA, Olga Larissa Vieira. "Onde termina a justiça social e começa a subversão?" Igreja Católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985). Dissertação de Mestrado. PPGH/UFPB, João Pessoa: 2020.

este chegou, inclusive, a empenhar sua palavra como o Canal de TV seria destinado ao Grupo TELEVISÃO JOÃO PESSOA.

Com a ameaça de perda do Canal de Televisão de CAMPINA GRANDE/PB para alguns de seus cotistas, o grupo em questão mudou em defesa do Governo Federal e Estadual, fechando as portas para os partidos de Oposição.

O líder do Grupo TELEVISÃO JOÃO PESSOA ingressou nos "DIÁRIOS ASSOCIADOS" em 1963. Em meados da década de 60, foi demitido devido ocorrência de desonestidades na administração financeira de um dos órgãos daquele condomínio; contudo, veio a ser readmitido por influência de NEREU GUSMÃO BASTOS, que o deslocou para trabalhar em VITÓRIA/ES e posteriormente em JOÃO PESSOA/I-B, onde se encontra atualmente.

Caracterizando sua atuação de dirigente associado na Paraíba, pela maneira oportunista com que administra a empresa, MARCONI GOES DE ALBUQUERQUE já conta com um considerável patrimônio pessoal, distribuído entre casas luxuosas, terrenos e automóveis.

Em fins de 1970, o jornal "O NORTE", de JOÃO PESSOA/PB, que tinha o nominado como dirigente, foi descredenciado pelos setores de Segurança para receber qualquer promoção de órgãos públicos, uma vez que, à época, adotava uma linha editorial de contestação ao regime.

Em 27 OUT 81, MARCONI tomou posse como condômino dos "DIÁRIOS E EMISSORAS ASSOCIADAS", na vaga deixada pelo falecido jornalista DAVID NASSER, em solenidade realizada no RIO DE JANEIRO/RJ.

5. Em face da atuação dos grupos em questão, esta Agência é de parecer que os mesmos não reúnem condições de comandar uma Estação de Televisão naquele Estado.⁷⁰

Quanto ao grupo Televisão João Pessoa, liderado pelo jornalista Marconi Goes de Albuquerque, superintendente na Paraíba dos Diários Associados, pensava o fato deste grupo não ter conseguido manter em funcionamento no Brasil a Rede Tupi de Televisão, pioneira no ramo no Brasil e criada nos anos de 1950 por Assis Chateaubriand, fechada em 1980 por problemas financeiros, pelo fato do grupo em algum momento ter feito oposição ao regime militar e também são levantadas suspeitas de corrupção sobre Marcone, como gestor dos Diários Associados. Nem o fato de ele ser defendido pelo governador Tarcísio de Miranda Burity o qualifica para concorrência na visão dos agentes.

Ainda sobre a concorrência para concessão de um canal de televisão em João Pessoa, a Agência Recife apresenta uma atualização de dados indicando que

70 ARE_ACE_3244_82. Fundo SNI - Agência Recife.

foi apurado que um terceiro grupo também está concorrendo a mesma, e este tem aprovação total da Agência, para assumir o referido canal.

EM COMPLEMENTO AA INFAO NR 046/1 19/ARE/82, DE 16 MAR, INFORMO O QUE FOI APURADO CONCERNENTE AO TERCEIRO GRUPO QUE CONCORREU AO EDITAL DIVULGADO EM 1980, PELO MINISTÉRIO DAS COMUNICACOES, SOBRE A CONCESSÃO DO CANAL 10, PARA TRANSMISSÃO DE TELEVISÃO, EM JOÃO PESSOA/PE:

A EMPRESA DE TELEVISÃO BEIRA-RIO LTDA POSSUI OS SEGUIN-
TES SÓCIOS: ANTONIO BEZERRA CABRAL SOBRINHO, ESTE IR-
MÃO DO SENADOR MILTON BEZERRA CABRAL (PDS/PB), E QUE O
REPRESENTA NA SOCIEDADE; EVELINA MARIA MAIA CABRAL, ES-
POSA DO IRMÃO DO MENCIONADO SENADOR; ADOLPHO FER-
NANDES LVRA MAIA, TEN CORONEL R/1 DO EXÉRCITO, EX-SE-
CRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA/PB E EX-COMANDANTE DA
POLÍCIA MILITAR/PB; DELMIRO FERNANDES MATA FILHO, ENGE-
NHEIRO, E NEY ROBINSON SUASSUNA, EMPRESÁRIO. REFERIDO
GRUPO, ALÉM DE POSSUIR UMA ILIBADA CONDUTA, DESFRUTA
DE SÓLIDO PATRIMÔNIO E ELEVADO CONCEITO JUNTO À SOCI-
EDADE PARAIBANA. O MESMO GRUPO CONTROLA A RÁDIO
ARAPUAN LTDA, INSTALADA EM JOÃO PESSOA/PB, EM ONDA-
MEDIA E ESTÁ INSTALADO A RÁDIO ARAPUAN, COM FREQUÊN-
CIA MODULADA, NAQUELA CAPITAL.⁷¹

Segundo relatório dos agentes dos SNI, o grupo apto para ganhar a concor-
rência seria a Empresa de Televisão Beira-Rio, presidida por Antonio Be-
zerra Cabral Sobrinho, irmão do senador bionico da Paraíba, eleito em 1978,
Milton Bezerra Cabral (PDS).

Percebe-se que os órgãos de informações, nesta questão da concessão de ca-
nais de televisão, agindo no sentido de passar informações negativas sobre
determinados grupos ao mesmo tempo que faz elogios ao seu favorito para
na referida concorrência. Isto sem dúvida pode ser um diferencial para a es-
colha do vencedor.

Todos esses documentos citados foram produzidos durante o período de
“distensão” política, iniciado no governo do presidente Ernesto Geisel, de
forma “lenta, gradual e segura”, que duraria até o governo de seu substituto,
João Batista de Figueiredo, quando a ditadura militar chegou ao fim. Com a
“abertura” poderia se esperar uma menor atuação das entidades de vigilância,
mas acontece o contrário, pois a polícia política e os órgãos de informações

71 ARE_ACE_3244_82. Fundo SNI - Agência Recife.

boicotaram o processo de transição para democracia e procuravam demonstrar que a “ameaça comunista” persistia, apesar do desmantelamento, depois de forte repressão, das organizações de esquerda que realizaram ações armadas. Então é nessa época que mais produziram documentos buscando colocar várias pessoas sob suspeitas de serem militantes ou simpatizantes de ideias comunistas, inclusive para demonstrar a necessidade de sua existência. Segundo Figueiredo:

O serviço secreto continuava a viver de fabricar perigos. Por mais que Geisel desse sinais de que não dissolveria a *comunidade de informações* o SNI se sentia na obrigação de justificar sua existência. Para tanto, tentava convencer o presidente, a cúpula das Forças Armadas e as principais autoridades civis do governo de que a subversão não estava controlada e que os movimentos guerrilheiros continuavam sendo uma ameaça. Nem uma coisa nem outra era verdade, mas o *Serviço* caprichava na lorota.⁷²

Esta postura manteve-se durante todo o período de transição da ditadura para a democracia, ou seja, os órgãos de informações procuraram demonstrar que a “ameaça comunista” persistia em todos os setores da sociedade. Segundo Soares:

A prática da reiteração não serviu apenas para se “informar” sobre um indivíduo que poderia ser uma “ameaça comunista”. A constante criação de informações e de novos documentos também foi uma prática da comunidade de informações, especificamente do SNI, para reiterar ao comando da ditadura sua importância no combate ao “perigo comunista” que, segundo evidenciava a própria comunidade através da sua alta produtividade, ainda existia no país. Neste sentido, o Fundo SNI – Agência Recife mostra-se um bom exemplo desta atuação da comunidade, visto que, a primeira data de produção a constar nos documentos principais, 217 dos mais de 7 mil ACEs que compõem o Fundo, é o ano de 1979. Ou seja, os documentos informativos que abrem os dossiês foram produzidos durante o período da chamada “abertura política” do regime ditatorial.

Esta situação demonstra justamente o modo de ação do SNI e da comunidade de informações, principalmente após anunciada por Ernesto Geisel a chamada “distensão política”. Em resumo, a ideia do Serviço era a seguinte: evidenciar como ele era necessário para o monitoramento da segurança interna, visto que em seu entendimento o comunismo ainda era um “perigo” para a nação e, ao mesmo tempo, buscava assegurar para a comunidade de informações alguma garantia durante a transição para a democracia. Assim, durante os anos finais dos governos militares, mesmo com a promessa de “abertura”,

72 FIGUEIREDO, Lucas. op. cit. 2005, p. 250.

os olhos e ouvidos do SNI e de demais Órgãos de Informações continuavam a vigiar a sociedade brasileira.⁷³

Buscando reafirmar a permanência do “perigo comunista” os órgãos de informações e a política política da ditadura militar além de boicotar o processo de transição para a democracia no Brasil buscaram produzir o máximo de informações colocando sob suspeita vários cidadãos brasileiros e também praticaram atos terroristas para tentar incriminar a esquerda, sendo o mais famoso o atentado do Riocentro em 1981, tendo como objetivo justificar sua existência e manutenção de medidas repressivas.

Considerações finais

Discutimos neste artigo as relações contraditórias da imprensa brasileira e em especial a do estado da Paraíba com o golpe civil-militar que destituiu o governo legítimo e constitucional de João Goulart deposto pelo referido golpe e com a própria ditadura instalada que durou vinte um anos, tendo como objetivo principal verificar como ela se relacionou com a ditadura, seus apoios, recusas e contradições e observar com esta passou a ser vigiada pelos órgãos de informações da ditadura durante toda sua vigência, com destaque para a época da chamada transição “lenta”, “gradual” e “segura” para democracia onde paradoxalmente a vigilância sobre a sociedade civil se acentuou. Também discutimos a estruturação da montagem de sistema de vigilância montado para atuar na ditadura militar. Neste sentido buscamos um diálogo com a literatura acadêmica produzida sobre a temática e utilizamos os documentos produzidos pelo Fundo SNI, Agência Recife que se encontra sob a guarda do Arquivo Nacional e também do Memorial da Democracia, sediado na Fundação Casa de José Américo na cidade de João Pessoa-PB.

Com a ditadura militar instalada no Brasil em 1964, um amplo sistema de vigilância foi montado contra a sociedade civil e órgãos do Estado com a criação do SNI. Fato que demonstra a característica autoritária e violadora de direitos humanos fundamentais de referido regime.

73 SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985). Dissertação de Mestrado. PPGH-UFPB, João Pessoa, 2020, p. 2016-2017.

Foram vigiados praticamente todos os segmentos da sociedade civil, tais como: igrejas, sindicatos, setores ligados à cultura, movimentos sociais, imprensa, instituições de ensino; e do campo político: políticos de oposição, partidos políticos e organizações da esquerda clandestina, como também políticos ligados ao regime, tanto do ponto de vista da estrutura partidária como ideologicamente. Essas informações serviam para perseguições, como prisões e possíveis torturas e mortes pelos órgãos da polícia política e das forças armadas, como para outras coisas mais “amenas”, como cassações de mandatos eletivos, afastamento de empregos e impedimento de assumi-los, etc.

O SNI atuava em todo território nacional, e no caso do estado Paraíba, através da Agência Pernambuco. Como vimos, no caso da imprensa no referido estado, este órgão fez uma ampla vigilância, destacando o posicionamento político dos jornais, identificando jornais de oposição que, portanto, não podiam receber publicidade da administração pública, traçando a trajetória de jornalistas que afrontaram o regime, no exercício de sua profissão ou que deram espaços em seus programas para pessoas que faziam oposição ao regime. Também buscaram apontar quem estava ou não apto a concorrer à concessão de canais de televisão. Essas informações podiam muitas vezes servir com subsídios para perseguição de indivíduos ou órgãos de imprensa.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura (1968-1976)*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANDRADE, Jeferson de. *Um Jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARAÚJO, Fátima. *História e ideologia da imprensa paraibana*. João Pessoa: A União, 1983.
- BAUER, Caroline Silveira.; GERTZ, René E. Fontes sensíveis na história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orga.) In. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CARVALHO, Aloysio Castelo. *A rede da democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Niterói: Editora da UFF/Editora NitPress, 2010.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 9. ed. e amp. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020 (O Brasil Republicano, vol. 3), p 403-468.
- FERREIRA, Olga Larissa Vieira. *“Onde termina a justiça social e começa a subversão?” Igreja Católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985)*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFPB, João Pessoa: 2020.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MACHADO, Jório. *1964: a opressão dos quartéis*. João Pessoa: O Combate, 1991.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. Santa Catarina: *Revista Tempo & Argumento*. v. 10, n. 23, 2018, pp. 109-137.

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. *Relatório Final*. João Pessoa: A União, 2017.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. *Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2012.

PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. *A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985)*. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFPB, João Pessoa, 2020.

Fontes

Documentos do Fundo SNI – Agência Recife. Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa José Américo.

Jornais: *O Globo*, *O Norte*, *Correio da Paraíba*.

Recebido em 29 de novembro de 2024
Aprovado em 27 de dezembro de 2024